

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVEIRO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVÍDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO N. 202-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2.165-72, de 7 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

colocar à disposição da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, sem ônus para esta Assembléia Legislativa, o funcionário Heitor Gurgel do Amaral Valente Neto, a partir de 1.º de março de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 203-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.773-72, de 24 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Merchid Belich Filho, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 204-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.476-72, de 13 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Maria Leonilda Rocha, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1972.

- Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.
a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 205-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.538-72, de 15 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Azélia de Lima Brandini, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 206-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.565-72, de 16 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174 de 16 de novembro de 1970, a funcionária Hilda Mathies Blanc, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 207-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.498-72, de 14 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Ethel de Pinho Neves, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 208-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.206-72, de 2 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Lóris Cordeiro de Barros, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (1) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no decênio compreendido entre 10 de março de 1962 e 19 de maio de 1971, antecipado em razão da contagem em dobro das férias relativas aos anos de 1.963, 1.964, 1.965, 1.966 e 1.967.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 209-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.525-72, de 15 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Terezinha Rüppel Glück, ocupante do cargo de nível "PL-21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (1) mes, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1971, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da referida Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (6) meses a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 10 de dezembro de 1.962 e 10 de outubro de 1.967, antecipado em razão da contagem em dobro das férias relativas ao ano de 1.966; e,

III — conceder, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Esta-

dual, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 10 de março de 1972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, perfazendo um total de dez por cento (10%).

- Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.
- a) WILSON FORTES — Presidente
 - a) IVO THOMAZONI — 1º Secretário
 - a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 210-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.008-72, de 24 de fevereiro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Osiris de Brito, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de cinco (5) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.966, 1.967 e quinze (15) dias de 1.970, que deixou de gozar; e II — conceder, com base no Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 29 de fevereiro de 1972, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

- Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.
- a) WILSON FORTES — Presidente
 - a) IVO THOMAZONI — 1º Secretário
 - a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 211-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.527-72, de 15 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, os funcionários Antonio Massuchetto Maria do Carmo de Oliveira e May Fair Perine, a prestarem serviços extraordinários parecendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1972.

- Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.
- a) WILSON FORTES — Presidente
 - a) IVO THOMAZONI — 1º Secretário
 - a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 312-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.734-72, de 23 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Belkiz Fernandes, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1972.

- Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.
- a) WILSON FORTES — Presidente
 - a) IVO THOMAZONI — 1º Secretário
 - a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 213-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.686-72, de 21 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Luiz Carlos Caron Grossi, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1972.

- Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de abril de 1972.
- a) WILSON FORTES — Presidente
 - a) IVO THOMAZONI — 1º Secretário
 - a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2º Secretário

**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 22.ª Sessão (Extraordinária)**

Realizada em 25 de Abril de 1972 — (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Quielse Crisóstomo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanuso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, abiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42) achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel Arthur de Souza, Igo Losso, João Mansur e Nivaldo Krüger (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 93-71, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 53-70, de autoria do Sr. Deputado Armando Queiroz, que cria uma

Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Engenheiro Beltrão, abrangendo os Municípios de Quinta do Sol, Félix e Barbosa Ferraz. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Aprovado o Veto.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem). Sr. Presidente, parece-me haver engano da parte de V. Exa., razão pela qual solicitaria nova votação. Para meu entendimento houve rejeição ao veto.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece ao Deputado Alvaro Dias que há necessidade de 2/3 para derrubar o veto.

O SR. ALVARO DIAS — Parece-me que 2/3 dos presentes opinaram pela aprovação do projeto. A não ser que V. Exa. tenha determinado a contagem e não tenha comunicado ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE — A verificação é simbólica, não há contagem. Mas a Presidência determina à 1.ª Secretaria que proceda a contagem.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram ficar como estão. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto, queiram ficar como estão. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

19 votaram "sim", 21 "não". Mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 94-71.

Levanta-se a sessão.

**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 23.ª Sessão Ordinária**

Realizada em 25 de Abril de 1972 — (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Quielse Crisóstomo.

A hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Thomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42) achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel Arthur de Souza, Igo Losso, João Mansur e Nivaldo Krüger (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, que se inscreva na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, Voto de Profundo Pesar pelo infausto passamento da Senhora Sebastiana da Silva Lemes, digna esposa do Sr. Armando Barbosa Lemes, de tradicional família de Siqueira Campos, falecida no dia 24 do mês de março próximo findo.

A saudosa extinta sempre se destacou pelos seus dotes de coração e de espírito, dedicando grande parte do seu tempo em atendimento aos menos favorecidos da sorte — e o seu esposo muito batalhou e ainda batalha, em prol do crescente progresso daquela cidade do Norte paranaense.

Solicitamos, outrossim, que se dê ciência à família enlutada, da decisão desta Douta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972 — Ano 150.º da Independência do Brasil.

(a) Aginaldo Pereira Lima

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, que se inscreva na Ata dos trabalhos desta sessão. Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor Edilson Mendes, Vereador à Câmara Municipal de Wenceslau Braz — e que tanto lutou pelo engrandecimento daquela cidade, representando o seu povo com nobreza de atitudes e alto espírito cívico-patriótico. O Vereador Edilson faleceu no dia 28 de março passado, deixando uma lacuna difícil de ser preenchida no cenário político e social daquela cidade.

Solicitamos ainda, que se dê ciência da decisão desta Casa, à família enlutada e à Câmara Municipal de Wenceslau Braz.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972.

(a) Aginaldo Pereira Lima

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário desta Colêxia Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja inserido, na Ata dos trabalhos desta Sessão, um Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido a 21 do mês em curso, da Doutora Maria Falce de Macedo, catadrática de Química Biológica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná.

2.º — seja, desta decisão, dado ciência em expediente do Poder Legislativo, à família da ilustre extinta na pessoa de seu filho, bacharel Diogo Falce de Macedo.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

A opinião pública paranaense em geral e, particularmente, os meios universitário e médico da Capital do Estado, foram abalados, no dia 21 próxi-

mo passado, com a infausta notícia do falecimento ocorrido aquela data, da Doutora Maria Falce de Macedo, catedrática de Química Biológica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, cátedra que ilustrou pelo saber e dedicação ao longo de três décadas e do qual somente solicitou afastamento por compulsoriedade, após atingir o limite máximo de idade permitida para seu exercício.

Personalidade singular de mestra e cientista, ela soube imprimir no espírito de todos os que foram seus alunos o amor pela profissão escolhida despertando em todos e cada um o sentido humanitário de seu exercício, a Doutora Maria Falce de Macedo ostentava também o galardão de haver sido a primeira médica formada no Estado do Paraná e dando, naquela orção de sua juventude, a medida exata de seu espírito de largos horizontes e liberto de preconceitos que, ao longo de sua nobilitante vida, soube expandir cada vez mais e impor, à opinião pública de nossa terra, a aceitação da presença da mulher no campo da medicina.

Mas se no seu pioneirismo já justifica a admiração e respeito que todos lhe devotamos, devemos, na exaltação da verdade, reafirmar que seu espírito não se satisfaz na conquista daquela láurea mas, antes, recebeu-a como um compromisso de luta em favor da coletividade, o que, sem, sem dúvida, ela cumpriu ao longo de seus 45 anos de cátedra e de exercício profissional.

Entendemos que estamos bem externando os sentimentos de todos quantos tiveram a honra de seus seus alunos e de todos as colegas que com ela conviveram no exercício da profissão, ao encaminhar à apreciação deste Ilustre Plenário o presente requerimento de inserção na Ata dos trabalhos desta Sessão de um Voto de Pesar pelo falecimento da veneranda Doutora Maria Falce de Macedo, a cuja memória nunca serão demasiadas as honrarias que o Poder Público venha a prestar-lhe porque, ao longo de sua vida de trabalho e dedicação o fez por merecê-las, juntamente com nosso respeito e eterna gratidão.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a transcrição na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Dna. ALAYDE NEVES PIRES, esposa do Sr. Osni Pires e sogra do Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, Dr. Roberto Linhares da Costa.

Da decisão do Plenário, solicita que seja dado ciência aos familiares da extinta Senhora.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, abono das faltas registradas segunda-feira, dia 24, pelos Deputados Alvaro Dias, Antônio Belinati, Hélio Manfrinato, Muggiati Filho e Sebastião Rodrigues Jr., à Sessão Legislativa, tendo em vista que os mesmos se encontravam em Brasília, participando da Convenção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) Sebastião Rodrigues

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer, seja enviado ao Senhor Octacílio Mion, Prefeito Municipal de Cascavel, como também à classe estudantil representada pela Associação Cascavelense de Estudantes Secundários, votos de congratulações e aplausos, pela aprovação por parte do Conselho Estadual de Educação, da Fundação Universidade Oeste do Paraná — FUOP, com sede em Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

Ao fazermos tal solicitação, temos como objetivo precípuo, parabenizar-nos com quem merece de direito os nossos mais significativos cumprimentos pela vitória alcançada.

No caso, o Senhor Octacílio Mion, Prefeito Municipal de Cascavel que, consciente da necessidade de um melhor desenvolvimento cultural de sua região, não mediu esforços para oferecer à geração de hoje e à futura de jovens de seu Município, condições de um melhor aprimoramento cultural.

Quando no dia a dia de nossas vidas constatamos cada vez mais a falta de possibilidades para quem não tem nível cultural condizente com o exigido na época, é que ganha proporções a iniciativa concretizada.

É, em consequência, das mais significativas a vitória alcançada, pois com o advento da acFuldade de Filosofia, Ciências e Letras da FUOP, estar-se-á alargando os horizontes culturais dos jovens daquela região, principalmente aqueles que, não tendo condições financeiras das mais privilegiadas, permaneciam na ignorância, pois não tinham condições para se deslocarem para centros mais desenvolvidos, como ocorreu até agora.

É, portanto, digna de todos os júbilos a meta alcançada, pois além de propiciar melhor formação de nossos estudantes, estará elevando o nível cultural do oeste e, em consequência do Estado.

Baseado no exito do Prefeito, estudantes e povo daquela cidade, que vimos apresentar este, certo do total apoio dos nobres membros desta Casa de Leis.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignada em Ata um voto de aplausos e reconhecimento ao Excelentíssimo Senhor Doutor MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO, pela sua valiosa e inestimável contribuição Jurídica, Cultural e Político-Social ao nosso Estado. Outrossim, solicita seja dado conhecimento do ocorrido ao Homenageado.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1972.

(a) — Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O Doutor MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO, de longa data vem se destacando como uma das figuras de maior projeção do nosso Estado, quer na vida pública como cultural.

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, é estudioso contínuo das ciências Jurídicas, transmitindo aos seus alunos o

seu notável saber, produzindo inúmeras obras e trabalhos, publicados em todo o País, principalmente no ramo do Direito Público e Administrativo.

Dentre suas obras destacamos: Estudos de Direito Público, Município e Municipalização, Pareceres, A Prova no Processo Administrativo, Introdução ao Direito Processual Administrativo, Afirmção na Prática do Direito Internacional, Autarquias Administrativas, Concessões de Serviços Públicos em Direito Administrativo, Defesa do Direito Adquirido, Desapropriação por Utilidade Pública, História Breve do Constitucionalismo no Brasil, Reflexões sobre o Direito Internacional Político e o Homem na Comunidade política Internacional.

O ilustre homenageado, mercê de sua comprovada capacidade, foi Procurador Geral do Estado — Ex-Diretor e Presidente da Caixa Econômica Federal do Paraná — Secretário de Estado — Ex-Deputado Federal — Membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados — Presidente da Comissão de Redação — Membro da Comissão de Relações Exteriores — Representante do Brasil na IV Conferência Inter-Americana de Jurisconsultos, reunida em Santiago do Chile — Observador Parlamentar junto à Delegação do Brasil na XII Assembleia Mundial de Saúde em Genebra — Observador Parlamentar junto à XI Assembleia da UNESCO realizada em Paris — Medalha "Clovis Bevilacqua" Medalha do Mérito de Assistência ao Trabalho — Mérito Tamandaré.

O valor de sua cultura jurídica é também demonstrada em brilhante atuação que vem tendo como Professor Titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, e na Magistratura como Juiz Federal.

Pelos importantes cargos públicos que ocupou e ocupa, por seu desempenho desinteressado no trato da coisa pública, por sua integridade indiscutível, vida cívica exemplar, justo que essa augusta Casa de Leis, preste-lhe singela homenagem como reconhecimento do Paraná a esse seu filho brilhante e dedicado.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, um apelo encarecendo a premente necessidade e conveniência da Rodovia denominada "Contorno Sul de Curitiba", numa extensão de 30 Kms., partindo da localidade "Ferraria", Município de Campo Largo, com início na chamada estrada do café, cortando a BR-116, nas imediações da localidade "Pinheirinho", Curitiba BR-101, nas imediações do Aeroporto Afonso Pena, PR-277, nas imediações do Guatupê, cruzando ao Norte dos Municípios de Piraquara e Quatro Barras, ligando novamente na BR-116, além do último Município, com o que se pretende desafogar o total trânsito da Capital e periferias dela, em consequência do que, o número de acidentes de trânsito verificado diariamente, é na ordem de 17. Com a construção dessa pequena Rodovia, pretende-se desviar do centro da Capital, todo o movimento de veículos, que ascende a mais de dois mil diários, vindos das regiões Norte, Oeste, Centro-Sul e Sudoeste do Paraná, Oeste e Leste do Litoral de Santa Catarina, Região Central Fronteira, Litoral Gaúcho e ainda o Litoral Paranaense; além do mais viria trazer, não só a tranquilidade aos habitantes do Semi-Centro da Capital, como o desenvolvimento sociologicamente econômico das regiões que abrangerá aquela Rodovia no pequeno percurso de 30 Kms. Razões pelas quais, acreditando no alto espírito público e humano de que é dotado S. Exa. o Ministro Mário David Andreazza, a nossa solicitação, em termos de apelo, será ouvida.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — Leopoldo Jacomet

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais requerem, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, apelo no sentido de ser concedida anistia quanto ao pagamento das possíveis multas, bem como de correção monetária das obrigações dos exercícios anteriores a 1972, sobre os imóveis rurais.

Sabemos que o Governo Revolucionário Brasileiro não mede esforços no sentido de facilitar a atividade produtiva na zona rural, mostrando-se sempre sensível aos anseios e necessidades do elemento humano rural. O antecedente da isenção do Imposto de Renda em 1965, faz-nos crer que mais uma vez o apelo encontrará eco na esfera presidencial, fazendo valer o recadastramento a partir do ano em curso (15-04-72).

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1972.

(aa) — Arizone Araújo e Antônio Costa.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, considerando:

a) — a grande repercussão que obtiveram no seio do funcionalismo público estadual, as sugestões apresentadas pelos Deputados Wilson Fortes e Erondy Silvério, nesta Casa, no sentido de que seja elevado para 20% (vinte por cento) o reajuste constante da Mensagem Governamental sobre os vencimentos do Funcionalismo Público Estadual;

b) — as discriminações havidas na concessão daquele reajuste, por parte do Governo do Estado, deixando de beneficiar os componentes da Polícia Militar do Estado, Tribunal de Contas e Procuradoria Geral;

Requer à Vossa Excelência, seja votado pelo Plenário e endereçado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, manifestação de apoio desta Assembleia Legislativa, às sugestões apresentadas pelos Deputados Erondy Silvério e Wilson Fortes, nas últimas sessões legislativas, sobre o aumento de vencimentos do funcionalismo estadual.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — Hélio Manfrinato.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o abono de suas faltas ocorridas nas Sessões Legislativas do corrente mês, com fundamento no § 3.º do art. 194 do Regimento Interno da Casa.

Outrossim, anexa ao presente um atestado médico fornecido pelo Dr. Milton Cury, do Hospital e Maternidade São Marcos de Maringá, justificando a ausência ocorrida nas Sessões deste mês, para o fim estabelecido no disposto no item III do art. 10 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — Wilson Brandão

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares REQUER, registro na Ata dos trabalhos de hoje, de votos de aplausos ao Senhor Augusto Rodrigues Gonçalves, por sua brilhante administração frente à Prefeitura de Iporã.

O Senhor Prefeito Augusto Rodrigues Gonçalves, em 20 meses de governo, entre outras tantas obras de vulto realizou:

- 1.o) 42.000 m² de asfalto na Cidade.
 - 2.o) Construiu e inaugurou Praça Pública com 17.700 m², hoje toda iluminada com mercúrio, completamente ajardinada e calçada.
 - 3.o) Construiu o melhor, maior e mais bem aparelhado Hospital da Região, com 1.400 m² de construção, aparelhado com 84 leitos.
 - 4.o) Paço Municipal. Construiu e já inaugurou Paço Municipal com 970m² onde funcionam todos os órgãos da Prefeitura, inclusive a Câmara Municipal.
 - 5.o) Está em fase de conclusão a Estação Rodoviária, com área de 1.200m², com inauguração prevista dentro de 30 dias.
 - 6.o) Estradas Conservação. Mantém 2.000 km de estradas municipais em perfeito estado de conservação, em sua maioria alargadas e retificadas.
 - 7.o) Além da construção de dezenas de salas de aulas e reforma das fres municipais, enquanto o Estado mantém apenas 32 professoras, percebendo pelo Tesouro do Estado.
 - 8.o) Professoras: — O Município mantém 354 professoras pagas pelos cotangas, a Prefeitura mantém uma frota de 5 veículos que transporta alunos do Ginásio dos Distritos à sede do Município.
- REQUER, outrossim, após a aprovação deste, se oficie ao Exmo. Senhor Augusto Rodrigues Gonçalves, Prefeito de Iporã, à douta Câmara de Vereadores local, com envio de cópia deste requerimento, após sua aprovação.
- Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — Paulo Polli.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, na forma regimental, se oficie ao Exmo. Sr. Diretor da Fundepar no sentido de atender com a máxima urgência o Município de Iporã, no fornecimento de carteiras conforme expõe.

No Grupo Escolar Dr. Antenor dos Santos, na sala do 3.o ano normal, os alunos sentam-se no chão, conforme foto que anexamos (foto n.º 1).

No mesmo Grupo Escolar, em seu 1.º ano, conforme foto n.º 2 e o quadro é o mesmo. Quadro idêntico verificamos na classe da professora Genadir Trajano, no mesmo estabelecimento, conforme foto n.º 3.

Tal quadro foi constatado pessoalmente pelo requerente quando sua última visita a Iporã, ocorrida dia 22 próximo passado.

Diante do exposto, estamos certos de que sua Excelência o Senhor Diretor da Fundepar dará pronto atendimento ao que solicitamos.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe, através de ofício, apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alceste Ribas de Macedo, Digníssimo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que seja criado o Distrito Judiciário de São Pedro, no Município e Comarca de Toledo.

Este apelo se justifica pelo progresso atravessado por aquele Distrito, não só em seu aspecto populacional, como econômico. Hoje, o Distrito Administrativo de São Pedro é um dos mais desenvolvidos da Região, acreditando-se em breve, transforme-se em Município.

A criação de uma seção judiciária naquela localidade, além de facilitar as partes, terá o condão de desafogar o intenso movimento registrado na sede da comarca.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — Alvaro Dias.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, ouvido o Plenário, sejam encaminhados apelos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de instalar uma Agência do Banco do Estado do Paraná em Brasília.

O Banco do Estado do Paraná é atualmente a 5.a potência bancária Oficial no Brasil e, com o alto índice de eficiência administrativa que possui, não poderá ser olvidada a instalação de uma agência desse estabelecimento creditício na Capital Federal. A expansão do Banco do Estado do Paraná, a modernização de suas atividades funcionais, o já nacionalmente famoso Super-Cheque, as inovações e presteza no atendimento, o atendimento dos paranaenses lá radicados e a captação de recursos ao Paraná, justificam o surgimento da Agência do Banco do Estado do Paraná em Brasília.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — Arizone Araújo.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa. sejam justificadas as faltas dos Senhores Deputados Santos Lima, Arthur de Souza, Arizone Araújo e Antonio Maciel, à Sessão Plenária realizada no dia 24 do corrente mês, em virtude de estarem os referidos parlamentares participando, nessa data, da Convenção Nacional da ARENA.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — Borsari Netto.

Requerimento

Senhor Presidente:

Não tendo sido indicado para compor a Comissão de Constituição e Justiça, da qual era membro durante a Sessão Legislativa finda, requiero à Mesa a exclusão do meu nome, já indicado, para integrar as Comissões de Turismo e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ou outra qualquer.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1972.

(a) — Gilberto Carvalho.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 38-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Agrícola, no Município da Lapa, neste Estado.

Art. 2.o — Para instalação do Ginásio Agrícola referido o Art. 1.o, o Poder Executivo deverá promover a transferência do patrimônio da Secretaria de Saúde Pública para o da Secretaria de Agricultura, dos imóveis (PAVILHÕES), construídos à margem direita da Estrada de Rodagem Curitiba-Lapa, em frente ao Saratório da Lapa.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1972.

(a) — João Fadel.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente. Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O desestímulo provocado por certos atos que visam amesquinhar, cada dia, o Poder Político, nos afastou, durante o início deste ano legislativo, desta Tribuna.

Mas, a meditação nos conduziu a uma conclusão, o silêncio nestas circunstâncias é próprio do covarde. É suicídio calar quando devemos falar. Hoje, improvisadamente, comparecemos a esta Tribuna, impulsionados pelos apelos que recebemos, nos corredores desta Casa Legislativa. Não importa ser o tema surrado, não importa ser o tema motivo e diversos requerimentos, e diversos pronunciamentos.

Aqui comparecemos com o impulso do apelo dramático do funcionalismo público, para unir também a nossa voz a esse clamor que toma conta deste Poder, a este clamor que se apresenta como o anseio dramático do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Aqui vimos Sr. Presidente, Srs. Deputados para declarar, com antecipação, o nosso voto. Voto que deveremos dar quando esta Casa estiver apreciando a Mensagem Governamental que dá apenas um abono de 12% ao nosso funcionalismo público estadual.

Venho dizer aos Srs. Deputados, com antecipação, que votarei contra essa Mensagem porque a vejo como a maior piada de 1972. E ela só não me surpreenderia se viesse datada de 1.o de abril a esta Casa, porque dia 1.o de abril é o "dia da mentira".

E esse abono nada mais é do que uma grande mentira que pretendem pregar ao funcionalismo público de nosso Estado. É um engodo, uma tentativa de enganar. Quando nós vemos a necessidade do Poder Executivo ser mais sensível aos apelos e aos reclamos de uma classe, em que existe realmente, como existem em todas elas, elementos que não cumprem com suas atribuições. Mas nesta classe existem funcionários dedicados, desprendidos, heróis anônimos construtores do progresso de um Estado rico. Quantos professores no interior deste Estado sofrendo todas as consequências, numa missão sacerdotal que é o magistério, recebem com ironia um abono de apenas 12% e vêem suas esperanças enterradas numa Mensagem Governamental que não corresponde à menor das expectativas.

Este Poder tem uma enorme responsabilidade. A classe do funcionalismo público do Estado do Paraná espera o apoio, o amparo, a defesa de alguém, somente o Poder Legislativo poderá interferir em defesa de uma causa nobre.

Este Poder que está amesquinhado, descaracterizado, sufocado por leis, por decretos federais; mas este Poder precisa se masculinizar, este Poder precisa deixar de curvar-se a todos os pedidos, a todos os desejos, a todas as imposições do Executivo Estadual ou Federal.

Há algum tempo atrás li nos jornais pronunciamento do Presidente deste Poder, declarando que o Governador do Estado prometia para o início de março, um aumento da ordem de 20% aos funcionários públicos. No entanto, mais uma vez se descaracteriza o pronunciamento e esse pronunciamento não é levado em consideração.

Unimos neste instante a nossa voz, a todas aquelas que já se erguem desta Tribuna nesta Casa, ou através da imprensa em defesa do funcionalismo público.

Desnecessário se faz fazer retórica neste instante com o drama com as injustiças sociais que atingem a classe do funcionalismo público, sobretudo no vasto interior paranaense.

Para concluir, Sr. Presidente, atendendo apelo de V. Exa., faço um pedido a esta Casa para que devolva a Mensagem Governamental sem mesmo analisá-la, porque a entendo ser indigna de qualquer análise por parte deste Poder Legislativo. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Marciano Baraniuk.

O SR. MARCIANO BARANIUK — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O orador que me antecedeu no Pequeno Expediente, o colega Alvaro Dias, teve todas as considerações, proferiu todas as palavras que eu deveria pronunciar nesta minha oração, pois hoje estou encaminhando a este Poder Legislativo um requerimento de apoio ao Presidente desta Casa, Sr. Deputado Wilson Fortes e Deputado Erondy Silvério, homens conhecedores profundos dos problemas sociais que trouxeram outros requerimentos pedindo a compreensão do Sr. Governador relativamente ao aumento do funcionalismo público.

Deputados Erondy Silvério e Wilson Fortes, podem contar com o apoio integral deste Deputado, e espero que, com o apoio dos demais Deputados com assento nesta Assembléia, será possível devolver a Mensagem ao Governador do Estado, a fim de que a mesma seja retificada para o bem estar do funcionalismo público.

Este aumento, sem dúvida nenhuma, como disse o Deputado Alvaro Dias, só viria trazer glórias ao alto escalão do Estado, enquanto que aos pequeninos, aqueles que estão servindo em todos os quadrantes do nosso Estado, o aumento seria insignificante.

Aprovando este requerimento, temos certeza absoluta, estaremos agindo honestamente para com este grande problema, que é o aumento de vencimentos dos funcionários públicos estaduais. Muito obrigado! — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avisos distribuídos aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198-70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Tijucas do Sul, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 217-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial, em Mandaguá e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211-71, de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, que eleva o "QUANTUM" da pensão mensal assegurada às viúvas dos Deputados Estaduais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA.

A este Projeto foi apresentado um requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, solicitando o adiamento da votação, por três sessões. — **Aprovado** o requerimento. Adida a discussão e votação do referido Projeto.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222-70, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em São Jerônimo da Serra. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 259-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma Agência de Rendas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 259-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma agência de Rendas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1971.

a) Dep. Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste plano de lei é permitir aos habitantes do distrito de Nova Prata, maior facilidade no pagamento dos tributos devidos ao Estado.

Na situação atual, os moradores desta região, além de serem onerados financeiramente, perdem muito tempo, pois têm que percorrer 20 (vinte) quilômetros até a sede do Município para conseguirem as guias necessárias, retornando em seguida pelo mesmo caminho até atingirem a saída por Três Barras e Catanduvas, em direção à estrada principal, Foz do Iguaçu — Ponta Grossa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei n.º 259-71

AUTOR: Dep. Ivo Thomazoni.

SUMULA: Autoriza a criação de uma agência de rendas no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra.

P A R E C E R

1) — Encontrando-se os contribuintes do distrito de Nova Prata, distanciados de agências arrecadoras estaduais, pretende o ilustre legislador resolver-lhes o problema através do presente Projeto, entendendo de autorizar o Governo do Estado a criar ali uma Agência de Rendas. Com isso, o próprio Município de Salto do Lontra lucraria, além do Estado, e dos contribuintes, que teriam maior facilidade no pagamento dos seus tributos ao Estado.

2) — Não há qualquer impedimento legal ou constitucional à tramitação do Projeto.

3) — Opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Borsari Netto

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira

Odilon Reinhardt

Armando Queiroz

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 259-71.

O presente Projeto de Lei, já devidamente articulado e com parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, não apresenta nenhum óbice de impedimento financeiro. É matéria meramente autorizatória.

Somos pela aprovação do presente, parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Fuad Nacli

Paulo Poli

Gabriel Manoel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando a exclusão do seu nome para integrar as comissões de Turismo e Obras Públicas, Transporte e Comunicações, cuja indicação já foi feita. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões para as devidas anotações.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, constante do Expediente, solicitando abono de faltas registradas no dia 24 do corrente, pelos Srs. Deputados participantes da Convenção Nacional do Mo-

vimento Democrático Brasileiro. — Será encaminhado ao Sr. 1.º Secretário, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edilson Mendes, Vereador à Câmara Municipal de Wenceslau Braz. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sebastiana da Silva Lemes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alayde Neves Pires. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Dra. Maria Falce de Macedo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso e de reconhecimento ao Sr. Dr. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a premente necessidade e conveniência da Rodovia denominada "Contorno Sul de Curitiba". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor da Fundepar, no sentido de atender, com a máxima urgência, o Município de Iporã, no fornecimento de carteiras para o Grupo Escolar Dr. Antenor dos Santos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando abono de suas faltas, ocorridas no corrente mês, com fundamento no § 3.º do art. 194 do Regimento Interno da Casa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando votos de congratulações e aplausos ao Sr. Prefeito Municipal de Cascavel e à Associação Cascavelense de Estudantes Secundários, pela aprovação, por parte do Conselho Estadual de Educação, da Fundação Universidade Oeste do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, contendo apelo no sentido de que seja criado o Distrito Judiciário de São Pedro, no Município e Comarca de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados apelos ao Senhor Governador do Estado e Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de ser instalada uma Agência do Banco do Estado do Paraná, em Brasília. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando votos de aplausos ao Sr. Augusto Rodrigues Gonçalves, por sua brilhante administração frente à Prefeitura de Iporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Arizone Araújo e Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de ser concedida anistia quanto ao pagamento das possíveis multas, bem como da correção monetária das obrigações dos exercícios anteriores a 1972, sobre os imóveis rurais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ao Sr. Governador do Estado, manifestação de apoio dessa Assembléia Legislativa às sugestões apresentadas pelos Srs. Deputados Erondy Silvério e Wilson Fortes, nas últimas sessões legislativas, sobre o aumento de vencimentos do funcionalismo estadual. Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, para o final da Ordem do Dia, da próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando abono de faltas registradas no dia 24 do corrente, pelos Srs. Deputados participantes da Convenção Nacional da ARENA. — Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcado outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 258-71;

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 222-70;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 259-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 87-71 e 193-71;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões desta Assembléia, presentes os Senhores Deputados Emílio Carazzai, Ovídio Franzoni, Muggiati Filho e Maurício Fruct, com a finalidade de instalar a Comissão de Constituição e Justiça. De acordo com o parágrafo único do art. 40, do Regimento Interno, assume a Presidência o Deputado Emílio Carazzai, declarando instalada a Comissão e solicitando a realização da escolha do Presidente e Vice-Presidente desta Comissão, para a presente sessão legislativa. Fala ainda de seu orgulho, neste momento, de presidir esta reunião, embora na qualidade de membro mais velho e mais antigo da Casa. O Deputado Ovídio Franzoni pede a palavra para indicar ao Deputado Armando Queiroz para a Presidência e sugere que a Vice-Presidência seja ocupada por um dos membros do M.D.B., solicitando ainda, que a eleição seja feita por aclamação. O Deputado Muggiati Filho manifesta sua acolhida à proposição feita, e indica o Deputado Maurício Fruct para o cargo de Vice-Presidente. Pede a palavra o Deputado Paulo Camargo para dizer que, ten-

do em vista o Deputado Emílio Carazzai declinar do cargo de Presidente, quando interrogado, dá pleno e integral apoio à proposição do Deputado Ovídio Franzoni, na indicação do Deputado Armando Queiroz, solicitando ainda que fosse consignado em Ata um voto de elogio ao Deputado Emílio Carazzai, que por várias vezes ocupou a Presidência desta Comissão, sempre se destacando pelo seu trabalho, dando um cunho de descência às reuniões e colocando, acima de tudo, o Regimento Interno da Casa. O Senhor Deputado Emílio Carazzai agradece a homenagem. Elogia e agradece a contribuição prestado pelo M.D.B., desde legislaturas anteriores e acredita que tal contribuição continuará sendo prestada. Fala, ainda, sobre a indicação feita pelo Deputado Ovídio Franzoni, dizendo que o Deputado Armando Queiroz é a pessoa indicada para o cargo, que é conhecedor de toda a movimentação legislativa da Casa, bem como do Regimento Interno. Tem certeza que a C.C.J. estará em ótimas mãos. Coloca em votação a proposição do Deputado Ovídio Franzoni. Aprovada mediante expressão verbal dos membros presentes. O Senhor Presidente declara eleitos, e a aprovação é manifestada com uma salva de palmas espontânea. Assume a Presidência o Deputado Armando Queiroz que em poucas palavras declara que é a primeira vez que assume da Comissão de Constituição e Justiça, esclarecendo que será rígido em suas atitudes e enérgico no cumprimento do Regimento Interno, agindo sempre com imparcialidade, honestidade e trabalho. Consulta os demais membros sobre o horário das reuniões. É aprovado o horário habitual, de todas as quartas-feiras, após o término da Sessão Plenária, e que as reuniões extraordinárias serão quando necessárias, marcadas com vinte e quatro horas de antecedência. Diz ainda que o serviço está aguardando distribuição urgente e que será feita ainda hoje. Pede a palavra o Deputado Maurício Fruct para agradecer o cargo para qual foi eleito, observando que a Mensagem do aumento do funcionalismo público, que está nesta Comissão, necessita de entrar em tramitação com a máxima urgência. O Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, encerra a sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, após o término da sessão plenária. Encerrados os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, bem como pelos demais membros presentes.

(Assinatura Ilegível)
Presidente
(Assinatura Ilegível)
Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala de reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Tomada de Contas com a finalidade precípua de instalação e eleição de seu Presidente e Vice-Presidente. Abertos os trabalhos e na forma do Regimento Interno. Assumiu a presidência o Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, instalando a Comissão, logo a seguir deixou livre a palavra para que os senhores deputados membros dela fizesse uso indicativo ou expressando seu pensamento sobre a eleição. Realizada a eleição, verificou-se por unanimidade a escolha do Senhor Deputado Paulo Poli para a presidência e do Senhor Deputado Maurício Fruct para a Vice-Presidência. O Deputado Paulo Poli, usando da palavra agradece o apoio recebido dizendo das suas determinações em conduzir com acerto os destinos de tão importante órgão. A seguir o Senhor Presidente designou o funcionário Alberto Carazzai Neto para secretariar a Comissão de Tomada de Contas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão da qual eu, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme será por mim, pelo Senhor Presidente e demais membros assinada para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

aa) Alberto Carazzai Neto — Secretário
Paulo Poli — Presidente
Maurício Fruct — Vice-Pres.
Aguinaldo P. Lima
Francisco Escorsin
Leopoldo Jacomet

COMISSÃO DE AGRICULTURA INDUSTRIA E COMERCIO ATA DA REUNIAO DE INSTALACAO

Aos dezoito dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Agricultura Industria e Comércio, com a presença dos seguintes senhores deputados: Antonio dos Santos Maciel Filho, Lazaro Dumont, Helio Manfrinato e Marciano Baraniuk. De acordo com o que determina o Regimento Interno, assumiu a Presidência, o Deputado Antonio dos Santos Maciel Filho, na condição de mais idoso entre os presentes. Havendo numero legal, o Sr. Presidente deu inicio aos trabalhos falando sobre a necessidade de ser eleito o Presidente da Comissão. Pedindo a palavra o Deputado Lazaro Dumont fez a indicação do nome do Deputado Antonio dos Santos Maciel Filho, uma vez que representa nesta Casa uma zorra essencialmente agrícola, além de ser Engenheiro Agrônomo do Banco do Brasil como chefe da Carteira Agrícola da agência de Apucarana. A indicação foi aceita por unanimidade dos presentes, tendo o deputado Maciel Filho agradecido a deferencia de seus pares e a confiança nele depositada. Para a vice-presidência, foi escolhido por unanimidade também, o Deputado Helio Manfrinato. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente designou o funcionário Ney Rodrigues, para exercer as funções de Secretário.

(aa) Hélio Manfrinato
Lazaro Dumont
Marciano Baraniuk
Antonio dos Santos Maciel Filho — Presidente
Ney Rodrigues — Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

7.a LEGISLATURA

Ata da Sessão de Instalação

Após terem sido indicados para compor a Comissão de Saúde Pública, compareceram aos dezoito dias do mês de Abril do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, as dezoessete horas, na Sala de Reuniões das Co-

missões, para instalação da Comissão de Saúde Pública, os seguinte senhores Deputados: Arizone Araújo, David edermann, João Fadel e Maurício Fruct, achando-se ausente o senhor deputado Xenofonte Villanueva. Assumiu a Presidência o senhor deputado Arizone Araújo, na forma regimental, após verificar número legal dos senhores deputados, declarou aberto os trabalhos, que se destinavam a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivo da referida Comissão. Por unanimidade, foram eleitos o senhor Deputado David Federmann para a Presidência e o senhor Deputado Arizone Araújo para a Vice-Presidência. Ao tomar posse do cargo de Presidente, o senhor Deputado David Federmann em seu nome pessoal e em nome do senhor Vice-Presidente, agradeceu aos demais membros da comissão a confiança depositada em suas pessoas, dizendo do propósito de corresponder a todos os membros da Comissão de Saúde Pública, em tão honrosa investidura. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente Sessão, dos quais eu Elza Carneiro Camargo, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada pelo senhor Presidente, demais membros e por mim, a fim de que produza os efeitos legais.

(aa) David Federmann — Presidente
Elza Carneiro Camargo — Secretária
Arizone Araújo
João Fadel
Maurício Fruct

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 1.a Reunião Ordinária

Aos dezoito dias, do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas e trinta minutos, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz, presentes os Senhores Deputados Maurício Fruct, Paulo Camargo, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Santos Lima, Ovídio Franzoni e Cândido Manoel M. de Oliveira. Requerida dispensa da leitura da Ata de Instalação pelo Senhor Deputado Emílio Carazzai. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. O Senhor Deputado Emílio Carazzai requer que a apreciação das Proposições oriundas de vetos seja feita em conjunto, tendo em vista a grande quantidade existente para apreciação. 1) — PROJETO DE LEI N.º 2.72, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Concede anistia de multas, juros e majorações legais, lançados até 31.12.71, aos contribuintes em atraso com o Imposto de Circulação de Mercadorias, e dá outras providências. Relator Deputado Maurício Fruct. Parecer favorável. Em discussão. O Deputado Emílio Carazzai solicita que o mesmo seja convertido em diligência junto à Secretaria da Fazenda, visto ser matéria controvertida e de grande importância. APROVADA a proposição do Senhor Deputado Emílio Carazzai, seja convertido em diligência. 2) — PROJETO DE LEI N.º 6.71, de autoria do Senhor Deputado Igo Losso. Declara de utilidade pública o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. APROVADO. 3) — PROJETO DE LEI N.º 248.71, de autoria do Senhor Deputado Acyr José. Autoriza o Poder Executivo denominar Dom Manuel da Silveira D'Elboux um Estabelecimento de Ensino Primário desta Capital. Relator Deputado Cândido Manoel M. de Oliveira. Parecer: favorável. APROVADO. 4) — PROJETO DE LEI N.º 252.71, de autoria do Senhor Deputado Quíelise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo construir, através da SVOP, um prédio para funcionamento do Ginásio do Município de Bocaiúva do Sul, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira. Parecer favorável. APROVADO. 5) — PROJETO DE LEI N.º 277.71 de autoria do Senhor Deputado Quíelise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Içara, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Cândido Manoel M. de Oliveira. Requer que seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. 6) — PROJETO DE LEI N.º 278.71 de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, com sede nesta Capital. Relator Deputado Cândido Manoel M. de Oliveira. Parecer: favorável. APROVADO. 7) — PROJETO DE LEI N.º 280.71, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct. Concede título de cidadão honorário do Paraná, ao Doutor Gottardo Bottarelli. Relator Deputado Cândido Manoel M. de Oliveira. Parecer: Favorável. APROVADO. 8) — PROJETO DE LEI N.º 185-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costa. Autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção de Ensino na sede do Município de Guaraniaguá. Relator Deputado Cândido Manoel M. de Oliveira. Parecer: favorável. APROVADO. 9) — PROJETO DE LEI N.º 292.71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 49-71, encaminhando anteprojeto de lei que objetivam instituir a Fundação do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, criar o Fundo de Desenvolvimento Rural e estabelecer a cota de ocupação de terras devolutas. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer favorável. APROVADO. 10) — PROPOSIÇÃO N.º 93.72, Mensagem n.º 3.72, do Poder Executivo, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, visando colaboração técnica através da Profaz, relacionando os diversos Municípios. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer favorável. APROVADO. 11) — PROPOSIÇÃO N.º 101-71, Mensagem n.º 44.71, do Poder Executivo, encaminhando convênio para implantação da área Metropolitana de Curitiba. Relator Deputado Cândido Manoel M. de Oliveira. Parecer: favorável. APROVADO. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs 98.71 — 26.72, 27.72 — 28.72 — 29.72 — 30.72 — 31.72 — 32.72 — 34.72 — 35.72 — 36.72 — 37.72 — 38.72 — 39.72 — 40.72 — 41.72 — 42.72 — 44.72 — 45.72 — 46.72 — 47.72 — 48.72 — 49.72 — 50.72 — 51.72 — 52.72 — 53.72 — 54.72 — 55.72 — 56.72 — 57.72 — 58.72 — 59.72 — 60.72 — 61.72 — 62.72 — 63.72 — 64.72 — 65.72 — 66.72 — 67.72 — 68.72 — 69.72 — 70.72 — 71.72 — 72.72 — 73.72 — 74.72 — 75.72 — 76.72 — 77.72 — 78.72 — 79.72 — 84.72 e 91.72, todos concludindo que os vetos estão em condições de ser apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz.

(aa) Armando Queiroz — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA

SÉTIMA LEGISLATURA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos dezoito dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, na Sala das Reuniões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, registrando-se a presença dos seguintes deputados Fabiano Braga Côrtes, Jorge Sato, Paulo Poli, Borsari Neto, Basílio Zanusso e Fuad Nacli. Havendo número legal a reunião foi iniciada sob a presidência do Deputado Paulo Poli que, por ser o mais velho dentre os presentes, dirigiu os trabalhos. Abrindo a sessão o deputado Paulo Poli fala da necessidade de eleger o presidente da referida Comissão, deixando livre a palavra. O Deputado Fabiano Braga Côrtes, fazendo uso da mesma, indica o nome de seu compatriota de bancada — Deputado Jorge Sato — para a presidência. Consultados os demais, foi o mesmo eleito por aclamação. Assumindo a presidência dos trabalhos, o deputado Jorge Sato agradece a deferência, deixando livre a palavra. O Deputado Fabiano Braga Côrtes submete a apreciação dos presentes, o nome do Deputado Nivaldo Kruger da banca do MDB para ocupar a vice presidência da mesma Comissão, o que foi igualmente, aprovado por unanimidade. O Deputado Jorge Sato antes de encerrar os trabalhos fala de sua intenção de bem desempenhar esta tarefa, a exemplo do que ocorreu no ano anterior, quando ocupou a presidência dos trabalhos orçamentários, o nobre deputado Fabiano Braga Côrtes. Indica ainda como Secretária da Comissão a funcionária Elcy Silva Batista, dizendo que na próxima reunião serão indicados os relatores da matéria. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, dos quais lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário.

Sala das Comissões em 24 de abril de 1972.

(aa) Jorge Sato — Presidente
Elcy Silva Batista — Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

2.a Sessão Legislativa — 7.a Legislatura

Aos dezoito dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para o fim de ser procedida a eleição do Presidente e Vice-Presidente e consequente instalação. Presidida na forma regimental pelo senhor deputado Gabriel Manoel, membro mais idoso dentre os senhores deputados indicados para comporem aquela comissão, estando presentes os senhores deputados: Borsari Neto, Lazaro Dumont, Gilberto Carvalho e Gabriel Manoel, representantes da Aliança Renovadora Nacional e Hélio Manfrinato, representante do Movimento Democrático Brasileiro. Havendo número legal o senhor Presidente declara instalada a Comissão, e convida os senhores membros a procederem a escolha do Presidente e Vice-Presidente. Por unanimidade foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os senhores deputados Borsari Neto e Lazaro Dumont respectivamente. O Senhor Presidente em exercício convidou o Presidente eleito a tomar posse. A seguir o Presidente eleito agradeceu a confiança nele depositada, dizendo que tudo fará pelo bom andamento dos trabalhos da Comissão. Como mais ninguém quisesse fazer uso da palavra, ficou deliberado que as reuniões serão condicionadas a existência de matéria pertinente a Comissão. A seguir o senhor Presidente convidou o funcionário senhor Roberto Diniz Satyro, para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, foi pelo senhor Presidente e demais membros assinada, assim como por mim, Secretário.

(aa) Borsari Neto — Presidente
Lazaro Dumont — Vice-Presidente
Gilberto Carvalho — Membro
Gabriel Manoel — Membro
Hélio Manfrinato — Membro
Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

7.a LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, para a instalação, com a presença dos senhores deputados Antonio Lopes Júnior, Arizone Mendes Araújo, Cândido M. Oliveira, Gabriel Manoel e Alvaro Dias. Assumiu a presidência, na forma regimental, o senhor deputado Antonio Lopes Júnior, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito por unanimidade, o senhor deputado Antonio Lopes Júnior para Presidente e o deputado Alvaro Dias para Vice-Presidente também por unanimidade. Ao tomar posse, o senhor deputado Antonio Lopes Júnior, agradeceu a honrosa prova de confiança nele depositada, pelos ilustres membros componentes da Comissão de Instrução Pública, fazendo o propósito de corresponder integralmente na Presidência da mesma. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente, declarou encerrados os trabalhos, dos quais, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente
Alvaro Dias — Vice-Presidente
Gabriel Manoel
Cândido M. Oliveira
Arizone M. Araújo
Maria Aparecida Amaral — Secretária

PORTARIAS

PORTARIA N.º 128-72

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1.789, de 27 de março de 1972, deste Poder.

RESOLVE:

I — Revogar a Portaria n.º 262-71, de 02 de abril de 1971, que designou BOGDANO KARPEN para prestar serviços no Gabinete do Deputado HELIO MANFRINATO.

II — Designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado MARCIANO BARANHUK.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 129-72

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 896, de 22 de fevereiro de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

Designar JURACY JOSÉ SOMMAVILLA, para prestar serviços no Gabinete do M.D.B., junto ao Gabinete do Deputado HELIO MANFRINATO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 130-72

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.487, de 18 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a IRANI CARINI, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 18 de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 131-72

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.489, de 17 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

Interromper a Licença concedida a ARLETE BELMONT ZEBALLOS, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, pela Portaria n.º 74-72, de 23 de fevereiro do corrente ano, a partir de 1.º de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 132-72

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.495, de 18 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

Conceder a VALTER ANTONIO MARCHIORATO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 18 de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 133-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.537, de 19 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Emilio Reinoldo Greber, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 17 de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de abril de 1972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 134-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.562, de 19 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Moacir Jorge Nardi, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 02 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de abril de 1972.

a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral